

# **PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SOCIOFAMILIAR A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA**

Raul Aragão MARTINS<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este estudo relata o acompanhamento de um programa de apoio sociofamiliar a crianças e adolescentes em situação de rua, desde a fase de seleção das famílias até o seu desenvolvimento. Objetivou conhecer a dinâmica de entrada e saída da rua dessas crianças e adolescentes e sua estrutura familiar. O programa foi desenvolvido de janeiro de 1996 a novembro de 1997 pela equipe da Casa Municipal da Criança e acompanhou oito crianças e vinte e um adolescentes, com suas famílias, que em sua maioria, são lideradas por mulheres. Inicialmente houve um retorno de todas as crianças e adolescentes às casas de seus responsáveis, freqüência à escola e abandono do uso de tóxicos (principalmente cola de sapateiro), mas problemas decorrentes de readaptação ao novo estilo de vida fizeram com que alguns adolescentes abandonassem a escola e retornassem à rua.

**PALAVRAS-CHAVES:** Crianças e Adolescentes de Rua; Apoio Sociofamiliar; Famílias Pobres.

## **ABSTRACT: SOCIOFAMILIAR SUPPORT AND ORIENTATION PROGRAM FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS**

This study attended work of a sociofamiliar support for children and teen-agers in street situation, from the families selection phases till its development and the objective was knowing the dynamics of these children and teenagers coming and going and their families structures. The program was developed from January 1996 until December 1997 by Children's Municipal House team-work and attended eight children and twenty one teenagers, with their families which are led for women in a great number. At first, there was an answer from all children and teenagers till their responsables' house, the frequency at school and the living toxics (especially glue sniffing) but resulting problems from readjusting to this new style of life did some teenagers left school and returned to streets.

**KEY-WORDS:** Street Children and Teenagers; Sociofamiliar Support; Poor Families.

## **1 Introdução**

O estudo de crianças e adolescentes em risco (situação de rua e vítimas de abuso, negligência e maus tratos na família e nas instituições) vem sendo realizado de forma sistemática, desde o início dos anos noventa, em São José do Rio Preto (Lima, 1992), cidade de porte médio do interior do estado de São Paulo (cerca de 320.000 habitantes), classificada como o 6º município do estado (entre 572 municípios) e 17º do país (entre 4.479 municípios), em condições

de sobrevivência para as crianças abaixo de sete anos de idade (IBGE/UNICEF, 1994).

Embora o município contasse com equipamentos sociais, governamentais e não governamentais, para atuação junto às crianças e aos adolescentes, sua atuação não era eficiente, pois havia um número crescente de crianças perambulando pelas ruas do centro da cidade, principalmente na área conhecida como "Calçadão".

<sup>1</sup> Docente – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - UNESP – 15054-000 - São José do Rio Preto – Estado de São Paulo – Brasil.

Procurando respostas para esta questão o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a Secretaria do Bem-Estar Social, na metade do ano de 1994, pediram apoio à Universidade Estadual Paulista (UNESP), para conhecer a situação das crianças e adolescentes que estavam vivendo em uma casa de força, abandonada, na praça central da cidade, local que os jornais e a televisão passaram a chamar de "buraco da praça".

As reportagens mostraram a vida subumana das crianças, convivendo com a sujeira, fazendo uso de drogas (principalmente a cola de sapateiro) e alimentando-se dos restos de comida dos bares e restaurantes da região, assim como os protestos dos moradores e comerciantes do Calçadão, que reclamavam de crianças e adolescentes mal vestidos, sujos, freqüentemente cheirando cola e brigando entre si, que, para sua sobrevivência, esmolavam e, não raramente, furtavam lojas e transeuntes.

Não seria de estranhar que surgissem cobranças de providências junto à Prefeitura por vários segmentos da população. Para os comerciantes, essas crianças e adolescentes constituíam um problema por dois motivos principais: a ocorrência de roubos e furtos em suas lojas e, na medida em que também agiam sobre os transeuntes, o afastamento de possíveis clientes, devido à ação que elas praticavam e por se apresentarem sujas e mal vestidas.

Ainda, considerava-se que, independentemente de fatores econômicos, havia um sentimento geral da população de que a cidade não poderia crescer com parte de suas crianças e adolescentes vivendo em condições subumanas e sem perspectivas de futuro.

Dentro deste contexto foi estabelecida uma parceria entre o CMDCA, a Secretaria do Bem-Estar Social e a UNESP, e, em 1995, foi realizado o primeiro Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua de São José do Rio Preto (Martins, 1996a, 1996b), trabalho que permitiu que se começasse a conhecer quem eram essas crianças e adolescentes e, entre outros dados, mostrou que esse segmento da população pode ser classificado nas seguintes categorias:

**Tipo 1:** crianças e adolescentes que buscam renda para a família (e/ou para seu próprio sustento) e alimentam-se nas ruas, onde passam a maior parte do dia, dormem freqüentemente em casa e têm lazer no bairro em que moram ou nos logradouros públicos em que trabalham (vínculo familiar estável).

**Tipo 2:** crianças e adolescentes que buscam renda para o seu próprio sustento e/ou para a família (via mendicância ou furtos), alimentam-se, dormem e têm lazer nas ruas. Possuem família na cidade e a visitam ocasionalmente (vínculo familiar instável).

**Tipo 3:** crianças e adolescentes que buscam renda para o seu próprio sustento nas ruas, alimentam-se e dormem em casa, mas têm

lazer constantemente nas ruas (vínculo familiar estável).

**Tipo 4:** crianças e adolescentes que buscam renda para sustento próprio (via mendicância ou furtos), alimentam-se, dormem e têm lazer na rua. Não há ligação familiar (não têm vínculo familiar na cidade).

**Tipo 5:** crianças e adolescentes que não buscam renda, não se alimentam ou dormem nas ruas, mas têm lazer predominantemente no espaço público. Esta situação ocorre por três motivos principais, que podem aparecer isolada ou conjugadamente: a) pais trabalham o dia inteiro fora de casa e não há outro adulto ou irmão mais velho para tomar conta das crianças quando estas não estão na escola; b) ambiente familiar negativo; c) a residência não oferece condições para permanência da criança, vivem em barracos (vínculo familiar estável).

Os resultados censitários permitiram ao CMDCA a elaboração de uma política de atendimento a essa população, a qual abrangia três projetos: a) Curso de Formação de Educadores Sociais; b) Plantão de Atendimento Direto; c) Programa de Apoio Sócio-Familiar - Projeto Santa Mônica.

O Curso foi organizado e ministrado por uma equipe coordenada por professores da UNESP, e formou em julho de 1995, em sua primeira turma: 27 técnicos. O Plantão de Atendimento Direto foi planejado para funcionar com a equipe da Casa da Criança, visitando diariamente os principais pontos de concentração de crianças/adolescentes em situação de rua, com a finalidade de fazer contato e começar o trabalho de reintegração social destas pessoas e o Projeto Santa Mônica foi organizado para fornecer apoio às famílias das crianças/adolescentes em situação de rua.

Especificamente, serão avaliados os resultados do Projeto Santa Mônica, onde o pesquisador elaborou uma ficha cadastral, para que os técnicos registrassem os dados sociodemográficos dos participantes, a situação das famílias e o desenvolvimento dos trabalhos, não havendo, desta forma, uma participação direta nas ações desenvolvidas.

## 2 Projeto Santa Mônica

O Projeto Santa Mônica foi planejado a partir dos dados sobre as famílias dessas crianças e adolescentes: condição sócio-econômica de baixa renda, colaboração das crianças e adolescentes para completar o ganho doméstico e concomitante abandono da escola e predomínio de mulheres na chefia dos domicílios. Seu objetivo geral deveria constituir em

... apoiar e orientar as famílias de crianças e adolescentes em situação de risco, para que possam acompanhar seus filhos em todos os momentos da

convivência comunitária e educativa.” (CMDCA, 1996, p.2).

Como objetivos específicos foram assinalados

“... a) garantir que a família possa exercer suas obrigações com dignidade; b) garantir à criança e ao adolescente em situação de risco o acesso e permanência aos equipamentos e serviços públicos; c) prestar atendimento sistemático nas áreas psicossocial e econômica às famílias; d) prevenir a exploração do trabalho precoce da criança; e) garantir à criança e ao adolescente em situação de risco o acesso e permanência na educação formal por meio de apoio financeiro.” (CMDCA, 1996, p.3).

A condições estabelecidas para que as crianças e os adolescentes participassem do projeto foram as seguintes:

“... a) [caracterização] como criança ou adolescente em situação de risco total; b) [identificação] e [reconhecimento] dos responsáveis; c) [esgotamento das] possibilidades da família em garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.” (CMDCA, 1996, p.3).

Dentro dessa perspectiva, o projeto começou em janeiro de 1996 e cadastrou inicialmente 27 crianças e adolescentes classificadas nos tipos 1, 2 e 4 do Censo (Martins, 1996a, 1996b). Em fevereiro um dos adolescentes completou 18 anos, e assim não ficou mais elegível para o projeto; foram cadastrados mais três adolescentes, totalizando, dessa forma, 29 participantes.

### 2.1 Levantamento dos dados básicos

Foi elaborada uma ficha cadastral composta de cinco partes: a primeira levanta

dados da criança ou adolescente atendido pelo projeto; a segunda, os dados socioeconômicos da família; a terceira, a composição familiar; a quarta avalia quatro critérios de permanência no projeto (retorno à família, retorno à escola, não permanência na rua e não utilização de drogas) e a quinta parte registra o acompanhamento dos atendimentos.

O projeto atendeu 8 crianças (27,6 %) e 21 adolescentes (72,4 %). Destas 29 pessoas apenas duas são do sexo feminino (uma criança e uma adolescente). A mais nova das crianças tem 9 anos de idade e os maiores tem 17 anos de idade.

Os dados sobre os responsáveis por estas crianças e adolescentes são os que guardam maior pertinência para este trabalho. Sendo assim, a descrição deles iniciar-se-á pelas pessoas com quem as crianças moram.

Dos 29 casos, nove são de crianças/adolescentes que moram com a mãe (esta sem marido ou companheiro regular), oito que moram com a mãe e o companheiro, cinco com mãe e o pai, um com o pai e a companheira, outro, em pensão e o restante em casa de parentes.

Somando-se as nove crianças/adolescentes que vivem com a mãe e as oito que vivem com mãe e companheiro, observa-se o predomínio de mulheres na condução das famílias (58,6%), pois embora haja o companheiro, em oito famílias, esta presença masculina não é considerado como peça importante da dinâmica familiar ou, pior ainda, é vista como um fator negativo (problemas com drogas, álcool e desemprego). Mesmo nos casos em que o pai biológico está presente, somente dois são avaliados positivamente pelas crianças (não fazem uso de bebidas ou qualquer outro tipo de droga e têm trabalho regular).

Em relação ao nível de escolaridade das crianças e adolescentes, encontramos dois analfabetos (adolescentes), oito estudando e dezenove que tinham parado de estudar. Os dados relacionam essas três situações as séries escolares (de 1ª a 5ª série) (Tabela 1). Lembrando que faz parte do programa a obrigatoriedade de retorno à escola.

Tabela 1 - Nível de escolaridade das crianças e adolescentes

	Nunca Estudou	Estuda	Parou de Estudar
1ª Série		0	5
2ª Série		2	4
3ª Série		4	6
4ª Série		2	2
5ª Série		0	2
Total	2	8	19

Das crianças e adolescentes que estudam, apenas duas se encontram nas séries correspondentes as suas idades, justamente as

duas que moram com os pais biológicos e os vêm de forma positiva.

Em relação ao nível de escolaridade dos responsáveis, a maioria não passou da 3ª série do Ensino Fundamental, embora houvesse alguns que tenham alcançado a 7ª série.

São razoáveis as condições dos imóveis habitados por essas famílias. Somente oito delas vivem em barracos (atualmente, estão recebendo material para construir uma pequena casa em lote doado pela Prefeitura). As outras 21 famílias vivem em casa de alvenaria. Do total de famílias, apenas três pagam aluguel. Este aparente paradoxo é explicado pelo fato de que os moradores de barracos são "proprietários", e desta

forma não precisam pagar aluguel, pois o barraco é construído por eles em terreno invadido.

Registra-se, também, a presença de outras crianças e adolescentes nas famílias foco do projeto. O parentesco varia de irmão consanguíneo a meio irmão, sobrinhos e primos (em torno da criança/adolescente foco). Não foi encontrado um número alto de crianças/adolescentes por famílias. Somando-se as 29 atendidas no projeto com as 71 presentes no contexto familiar, temos um total de 100 crianças e adolescentes, perfazendo uma média de 3,5 crianças/adolescentes por família (Tabela 2).

**Tabela 2 - Número de crianças e adolescentes presentes nas famílias**

Idade	Irmãos		Sobrinhos/Primos		Total
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
1	4	-	-	1	5
2	1	2	-	1	4
3	2	2	-	-	4
4	1	1	1	2	5
5	-	4	-	-	4
6	1	3	-	1	5
7	2	1	-	-	3
8	2	-	-	1	3
9	1	4	-	-	5
10	-	5	-	-	5
11	-	-	1	-	1
Sub-total	14	22	2	6	44
12	3	4	-	-	7
13	1	-	-	-	1
14	2	1	-	1	4
15	4	2	1	1	8
16	1	1	-	-	2
17	3	2	-	-	5
Sub-total	14	10	1	2	27
Total	28	32	3	8	71

## 2.2 Procedimentos

A execução do projeto ficou sob a responsabilidade da Casa Municipal da Criança e do Adolescente (conhecida como Casa Aberta), um equipamento social da Secretaria do Bem-Estar Social, administrado pela organização não governamental FRATER - Mansão Azul da Fraternidade, em sistema de parceria com a Prefeitura Municipal, e contou com uma equipe formada por duas assistentes sociais, um psicólogo, três educadores sociais (com formação em Pedagogia) e dois monitores (com formação em Magistério ou Ensino Médio).

A equipe, em reunião, delineou os seguintes passos para a execução do projeto:

1º. com a família: a) contato com as famílias, entrosamento e conhecimento das

condições sociais da mesma, buscando apoio para viabilizar ações que possam proporcionar condições de retorno à mesma e/ou outras alternativas, visando ao fortalecimento ou restabelecimento do vínculo familiar; b) atender integralmente à família, consoante as necessidades básicas da mesma, objetivando garantir a ela os mínimos sociais, propiciando viver com dignidade, prevenindo a ida da criança ou adolescente às ruas para complementação da renda familiar; c) inclusão da família em projetos de melhoria habitacionais, garantindo dignidade de moradia, viabilizando as políticas sociais públicas, como saneamento básico, educação formal e informal, saúde, equipamentos sociais; d) manter contato sistemático com as famílias e promover reuniões mensais com as mesmas, objetivando a intervenção familiar, o entrosamento com as mesmas e o trabalho da Casa, estabelecendo-se

uma integração suficiente para garantir os objetivos propostos no projeto, além de propiciar momentos de reflexão com as famílias envolvidas para que estas não se sentissem isoladas, percebendo que existem outras pessoas que estão na mesma situação e buscando alternativas conjuntas; e) propiciar momentos de convivência em grupo, de solidariedade coletiva, de responsabilidade pessoal e familiar, para o desenvolvimento de sua auto-estima, visando a uma mudança de comportamento que favoreça seu amadurecimento pessoal e o exercício de sua cidadania.

Estes objetivos foram operacionalizados por meio de visita domiciliar e reuniões gerais com os adultos chefes de domicílio. Nas visitas eram observadas as condições de vida das famílias, feita a entrega de cesta básica (com alimentos e material de limpeza) e discutia-se a forma de reintegração da criança ou adolescente à família e à escola. Nas reuniões foram feitas dinâmicas de grupo e discussão de problemas comuns a todos os participantes.

2º. com as crianças e adolescentes: a) realizar atividades pedagógicas, lúdicas, esportivas, dinâmicas de grupo que possibilitassem a ampliação de sua capacidade de conquista e desafios, proporcionando o acesso das crianças e dos adolescentes às áreas de lazer, esporte e turismo; b) ensinar momentos de reflexão sobre as situações ocorridas no seu dia a dia, na família, na rua e na Casa Aberta, por meio de conversas informais, atendimento individual ou grupal, reuniões etc.; c) encaminhamento, atendimento e/ou acompanhamento dos adolescentes ao acesso a recursos sociais, de acordo com as necessidades do mesmo; d) entrosamento e articulação de esforços de vários segmentos da sociedade, assim como a implementação de uma rede de prestação de serviços que atendessem às

necessidades das crianças e adolescentes em situação de risco e de rua.

As crianças e adolescentes foram matriculadas em escolas e, posteriormente, foram feitas visitas às mesmas para acompanhar o desenvolvimento delas nos estudos.

3º. com o CMDCA e a sociedade em geral: a) integração com o CMDCA e Conselhos Tutelares, visando à definição do estabelecimento de uma política de atendimento global às crianças e adolescentes em situação de rua e risco, no município de São José do Rio Preto; b) divulgação dos projetos por meio dos meios de comunicação visando ao conhecimento, sensibilização e participação na problemática da criança e adolescente nos referidos contextos.

A responsável pelo projeto, uma assistente social, também era membro do CMDCA. Desta forma mantinha o Conselho a par do desenvolvimento do trabalho, assim como levava novas propostas ao órgão, como a de necessidade da instalação de um equipamento para o atendimento às crianças e aos adolescentes usuários de drogas (a região só contava com equipamentos para adultos).

### 2.3 Avaliações

As crianças e adolescentes foram avaliadas no seu ingresso no projeto, em fevereiro de 1996, e duas vezes no ano de 1997, nos meses de maio e novembro/dezembro.

#### 2.3.1 Situação inicial

Foram contatados os participantes desse projeto, caracterizando-os segundo os dados da tabela 3, especificando-se os números de crianças e adolescentes por tipo e atividade que vinham desenvolvendo nas ruas, antes do início do projeto.

**Tabela 3 - Número de crianças e adolescentes por tipo e atividade antes do início do Projeto**

	Tipo 1			Tipo 2	Tipo 4
	Baleira	Engraxate	Pedinte	Pedinte	Pedinte
Crianças	4	0	0	4	0
Adolescentes	1	6	1	11	2
Total	5	6	1	15	2

Tipo 1: vínculo familiar estável, usa rua para busca de renda para família

Tipo 2: vínculo familiar instável, usa rua para busca de renda própria

Tipo 4: sem vínculo familiar na cidade, usa rua para busca de renda própria

Resumidamente, esses dados indicam que, das oito crianças, quatro são do tipo 1 e

quatro do tipo 2 (as quatro crianças desta categoria são usuárias de drogas e uma pratica furtos). Entre os vinte e um adolescentes, nove são do tipo 1

(com quatro fazendo uso de drogas), dez do tipo dois (todos fazendo uso de drogas) e dois do tipo quatro (ambos fazendo uso de drogas).

### 2.3.2 Evolução

Com a finalidade de melhor compreender a evolução das crianças e adolescentes, foi realizada uma avaliação logo após o início do projeto, e duas avaliações posteriores, conforme já indicado.

Para uma melhor visão dos dados, estes serão colocados por situação frente à família, escola, rua, uso de drogas e direção que a criança ou adolescente tinha tomado em cada momento das avaliações. A questão da direção que a criança ou adolescente tomou é baseada nos objetivos do projeto, isto é, considera-se como direção positiva se o sujeito retornou à família (ou constituiu família própria), retornou à escola ou se profissionalizou, deixou a rua como única opção de vida (o retorno à rua em período oposto ao que está na escola é considerado "Indiferenciado") e deixou de usar drogas.

Para melhor compreender os dados, estes serão colocados em termos numéricos, relativos às questões abordadas.

a) Nas classificações "Família" e "Escola":

- Retorno à família ou escola = 1;
- Não retorno à família ou escola = -1;
- Informação incompleta ou indiferenciado = 0;

b) Nas classificações "Rua" e "Drogas":

- Permanência na rua ou uso de drogas = -1;
- Não permanência na rua ou não uso de drogas = 1;
- Informação incompleta ou indiferenciado = 0.

O somatório das avaliações feitas na situação de ingresso no projeto, chamada de "anterior" e abreviada "Ant", e nos meses de fevereiro "Fev", maio "Mai" e novembro "Nov", permitiram a obtenção de um índice chamado de "Direção", que variou de + 4 a - 4.

A partir desses dados, classificaram-se três tipos de sujeitos segundo a referida pontuação: os que ficaram com pontuação entre 1 e 4, classificação positiva, os que ficaram com pontuação entre -1 e -4, classificação negativa, e os que ficaram com zero, classificados como indiferenciados (Tabela 4).

**Tabela 4 - Frequência e percentagem de crianças e adolescentes por pontuação nas avaliações**

Pontuação	Anterior		Fev/96		Mai/97		Nov/97	
	f	%	f	%	f	%	f	%
-4	13	42,8	0	0	4	13,8	4	13,8
-3	0	0	1	3,4	0	0	0	0
-2	6	20,7	3	10,3	7	24,1	6	20,7
-1	0	0	1	3,4	2	6,9	2	6,9
Sub-total	19	65,5	5	17,2	12	44,8	12	41,4
0	4	13,8	6	20,7	0	0	3	10,3
1	0	0	1	3,4	1	3,4	1	3,4
2	6	20,7	8	27,6	6	20,7	4	13,8
3	0	0	0	0	0	0	1	3,4
4	0	0	9	31,1	9	31,1	8	27,6
Sub-total	6	20,7	18	62,1	16	55,2	14	48,3

Passar-se-á, num primeiro momento, aos dados do ponto de vista puramente quantitativo, isto é, forma bruta, sem detalhamento (que serão vistos a seguir).

### 3 Resultados

Assim, foram encontrados, na situação de ingresso no projeto (situação "anterior"), seis sujeitos classificados com pontuação positiva, dezenove com pontuação negativa e quatro

indiferenciados. Na média, essa primeira avaliação ficou em -2.

Na avaliação de fevereiro de 1997, foram encontrados cinco sujeitos na classificação negativa, seis indiferenciados e dezoito na classificação positiva. Na média essa avaliação ficou com 1,5.

Em maio de 1997, houve uma reversão no processo; isto ficou evidente pelo aumento da classificação negativa de cinco para treze sujeitos, pela ausência de sujeitos na classificação indiferenciada e pela passagem de dezoito para

dezesseis no número de sujeitos classificados positivamente. Na média, essa avaliação ficou com 0,6.

Na última avaliação, a de novembro de 1997, doze sujeitos foram classificados negativamente (duas crianças e dez adolescentes), três indiferenciados (todos adolescentes) e quatorze positivos (seis crianças e oito adolescentes). Na média, essa avaliação ficou com 0,5.

Focalizando melhor estes sujeitos, pode-se constatar a seguinte evolução no decorrer do programa: dos quatorze casos "positivos", cinco foram avaliados positivamente nas quatro ocasiões<sup>2</sup>; cinco foram avaliados negativamente na primeira avaliação e, nas três avaliações subsequentes, ficaram na avaliação positiva; três iniciaram no projeto com avaliação indiferenciada e, nas subsequentes, alcançaram positiva; finalmente, um começou na negativa, passou em fevereiro para a indiferenciada e, nas duas subsequentes, ficou na positiva. Sendo assim, do total, dez dos sujeitos foram avaliados positivamente, desde o início do projeto, e os quatro restantes passaram de indiferenciados ou negativos para avaliação positiva no decorrer do projeto.

Nos três sujeitos encontrados na classificação indiferenciada ocorreu uma alternância de avaliações no decorrer do projeto, mas havendo um predomínio de avaliações indiferenciadas e negativas. Somente um sujeito, na avaliação de maio de 1997, recebeu uma avaliação positiva.

Dos doze que receberam avaliação "negativa", apenas um foi avaliado positivamente no início do projeto e na avaliação de fevereiro, passando para negativo em maio e novembro; dos onze sujeitos restantes, quatro receberam alguma avaliação positiva em uma das quatro avaliações. Dos sete últimos sujeitos, três receberam avaliação negativa no início do projeto e nos meses de maio e novembro de 1997 (em fevereiro 96, receberam indiferenciado) e quatro não mostraram nenhum tipo de mudança, desde o início do programa, permanecendo na avaliação negativa durante todo o programa.

Olhando a distribuição de crianças e adolescentes nas avaliações, das quatorze avaliadas positivamente, seis são crianças (lembrando que apenas oito são crianças) e oito adolescentes (em vinte e um); das avaliadas como indiferenciadas, todos são adolescentes; dos avaliados negativamente, dez são adolescentes e duas, crianças.

Separadamente por categoria, havia na condição anterior ao início do projeto, dezesseis sujeitos (55,2 %) afastados da família, sendo quatro crianças e doze adolescentes; na última avaliação, existia somente cinco sujeitos (17,2 %), sendo uma criança e quatro adolescentes. Dos

quatro adolescentes, três já eram maiores de idade no final do projeto. Como característica comum, os cinco faziam e continuaram fazendo uso de drogas, não voltaram para a escola e permaneceram na rua, e, com exceção de um adolescente, as famílias, principalmente na figura da mãe, não participaram das reuniões mensais na Casa da Criança, assim como não mostraram empenho em receber e manter os sujeitos em casa.

Na categoria escola, havia antes do início do projeto, oito sujeitos freqüentando a escola (cinco crianças e três adolescentes); mas, destes, apenas dois estavam na série apropriada a sua idade. Em fevereiro, mais seis sujeitos ingressaram na escola (dos vinte e um que não freqüentavam); atingindo-se, assim, quatorze sujeitos na escola. Em maio, entrou mais um na escola, mas saíram três; dessa forma, voltou-se ao número inicial de doze sujeitos estudando e na última avaliação, de novembro, somente onze sujeitos estavam estudando, o que corresponde a sete remanescentes dos que estavam na escola na situação anterior ao projeto (começaram oito) e quatro que ingressaram em função do projeto.

Quanto à permanência na rua, todos os sujeitos permaneceram nela, pelo menos um período do dia. Em fevereiro de 96, o número foi reduzido para apenas cinco sujeitos (17,2%). Mas, em maio, esse número cresceu, passando para onze sujeitos (37,9 %) e em novembro ficou estacionado nesse patamar.

Em relação ao uso de drogas, existiam na situação anterior ao início do projeto dezoito sujeitos (62,0 %) fazendo uso de drogas, sendo três crianças (37,5 % das crianças) e quinze adolescentes (71,4 % dos adolescentes). Dos dezoito sujeitos, no final do projeto, doze permaneceram usando drogas, quatro deixaram de usar e sobre dois deles não foi possível ter informações seguras. Entre os onze sujeitos que não usavam drogas no início do projeto, apenas dois adolescentes, a partir da avaliação de maio de 1997, passaram a fazer uso de inalantes (thiner) e, concomitantemente, deixaram a escola e voltaram a freqüentar a rua.

Um último dado a ser apresentado é o relativo à participação das mães ou responsáveis nas reuniões mensais com a equipe do projeto na Casa da Criança, onde eram discutidos os problemas e entregues cestas básicas de alimentação. No decorrer do projeto, cerca de dezessete mães ou responsáveis (58,6 %) participaram de quase todas as reuniões e a equipe as classificaram como participativas ou não do processo de reintegração das crianças e adolescentes. Das dezessete mães, seis (20,7 %) foram consideradas como omissas no processo e coincidentemente cinco delas tiveram seus filhos ou sobrinhos classificados negativamente na avaliação final (a de novembro de 97).

<sup>2</sup> Anterior, fevereiro 96, maio e novembro 97.

Este relatório teve como finalidade fazer uma avaliação do projeto de Apoio Sócio-Familiar - Projeto Santa Mônica, desde a sua implantação, em janeiro de 1996, até o mês de dezembro de 1997, desenvolvido pela Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, na Casa da Criança, em parceria com a FRATER.

Tomando como base os objetivos do projeto, que envolvem, entre outras finalidades, garantia para que a família possa exercer suas obrigações com dignidade, o acesso e permanência da criança e do adolescente nos equipamentos e serviços públicos, principalmente a escola, e prevenção contra o trabalho precoce da criança e do adolescente, estes objetivos devem ser avaliados e discutidos com relação aos dados apresentados nos dois capítulos anteriores.

O primeiro dado significativo é a predominância, na rua, de indivíduos do sexo masculino: sete crianças e vinte adolescentes contra apenas dois do sexo feminino, sendo essas uma criança e uma adolescente. Tais números vêm ao encontro de outras pesquisas que mostram ser o ambiente da rua muito mais difícil para as meninas e moças que para os meninos e rapazes, assim como a distinção entre o encaminhamento social dado às meninas e meninos pobres (Aptekar, 1996; Madeira, 1997).

Em relação à composição familiar, foi encontrado o predomínio de mulheres como chefe de domicílio: das 29 crianças e adolescentes alvos do projeto, somente seis vivem com os pais e mães biológicos, e destes somente dois consideram que a presença do pai em casa tenha mais vantagens do que desvantagens. A composição familiar difere acentuadamente das demais famílias pobres, como as descritas por Zamberlan e Biasoli-Alves (1997) em Londrina, no Estado do Paraná, e a análise de Alves-Mazzotti (1996) das condições familiares em situação de pobreza; mas, ao mesmo tempo, vêm ao encontro dos primeiros registros sobre crianças e adolescentes em situação de rua; neles Aptekar (1996) e Moura (1996) já descreviam a ausência do pai biológico na estrutura familiar.

As condições de habitação das famílias não diferem em nada das outras famílias que residem nas mesmas áreas. Das vinte e nove famílias, apenas oito moravam em favelas, e, ao final do projeto, já estavam morando em casas de alvenaria, construídas com material recebido da Prefeitura.

Observando o vínculo familiar das crianças e adolescentes na situação anterior ao projeto, observou-se que, dos treze que tinham vínculo familiar estável, somente um passou para vínculo instável, e, dos dezesseis com vínculo familiar instável, dez passaram para estável, dois ficaram indiferenciados e somente quatro permaneceram na mesma situação.

A questão escolar, um dos principais objetivos do projeto, não apresentou o mesmo

êxito que o retorno à família. Encaminhando-se a situação anterior ao projeto, em que tínhamos cinco crianças e três adolescentes freqüentando a escola (o mais velho com 14 anos de idade), o projeto perdeu um destes sujeitos, um adolescente, e ganhou apenas mais quatro, uma criança e três adolescentes. As respostas por abandonarem e não mais quererem voltar à escola são velhas conhecidas: dificuldade de entrosamento com os professores, escola e colegas, dificuldade de acompanhamento dos conteúdos lecionados, além da falta de sentido social para a escolarização que estes sujeitos enfrentam.

É importante pensar seriamente como as escolas, principalmente as situadas em bairros pobres e geralmente nas periferias das cidades, estão lidando com essas crianças que, quando ingressam na adolescência, a abandonam (ou são expulsas dela), assim como o que fazer com as crianças e adolescentes no período contra-turno ao que estão na escola. Tal questão se põe, principalmente nesse segmento da sociedade, em que os responsáveis pelos sujeitos, por trabalharem o dia inteiro, não têm como assisti-los e acompanhá-los, fazendo com que estes percebam que à medida que saem da infância e entram na adolescência, permanecerem "fechados" em casa não é uma opção fácil.

O uso de drogas praticamente ficou inalterado. No início do projeto, havia dezoito sujeitos fazendo uso de algum tipo de droga e, no final, dezesseis. O que chama a atenção é a predominância de adolescentes entre os usuários e, principalmente, a atividade desenvolvida na rua. Entre os que vendem balas nos semáforos (seis sujeitos) não foi encontrado nenhum usuário de drogas, e uma possível explicação desse fato é o acompanhamento deles por adultos (pais ou parentes) e, nenhum tipo de contato com as outras crianças e adolescentes usuárias da rua. Já entre os engraxates, também seis sujeitos, cinco faziam uso de drogas, principalmente a cola de sapateiro. Os demais usuários eram, em sua maioria, os sujeitos com vínculo familiar instável (Tipo 2).

O trabalho desenvolvido pela equipe, no sentido de contatar as famílias para manter suas crianças e adolescentes em casa e freqüentando a escola foi feito por meio de visitas domiciliares e reuniões gerais da equipe com todas as mães. Nesses contatos, mediante visitas e reuniões, a equipe conseguiu ter uma noção ingênua (no sentido de que não houve um levantamento sistemático desse ponto) da participação das mães ou parentes na reintegração social da criança ou adolescentes. E, entre as mães consideradas participativas, houve apenas um caso de não reintegração.

A partir de todos os dados anteriormente levantados, pode-se considerar que o Projeto Santa Mônica teve um êxito razoável, pois, dos vinte e nove sujeitos dele participantes quatorze foram classificados positivamente e três como indiferenciados. Desta forma, há de neutro para

positivo 58,6 % dos sujeitos, contra 41,3 % dos que ficaram na pontuação negativa.

Apesar de o projeto ter uma atuação positiva significativa, há que se levantar os motivos do não sucesso entre os doze sujeitos que ficaram com classificação negativa.

Um ponto que não ficou claro foi o custo financeiro do projeto, pois a equipe não teve acesso às planilhas financeiras, tal como quanto foi gasto na compra de alimentos, remédios, material escolar e na reforma de casas. Sabe-se que é importante conhecer esses números, para se ter uma idéia real do custo por sujeito no projeto.

### 5 Conclusões e recomendações

Finalizando, considera-se que, na continuidade deste projeto ou na realização de um novo, deve-se levar em consideração o seguinte:

#### 1. Planejamento

a) equipe de trabalho: definição dos membros e funções de cada um;

b) local de funcionamento: espaço para funcionamento administrativo, para reuniões da equipe e reuniões com todos os participantes do projeto;

c) financiamento: orçamento detalhado de custos com pessoal, materiais e equipamentos;

2. Seleção da população atendida: definição dos critérios de atendimento;

3. Critérios para a manutenção dentro do projeto;

4. Procedimentos de atuação: definição das formas de atendimento em todos os momentos do projeto;

5. Acompanhamento: definição das formas de acompanhamento dos contemplados no projeto;

6. Avaliação: desenvolvimento de instrumentos e procedimentos de avaliação continuada do projeto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES-MAZZOTTI, Aida J. Meninos de rua e meninas na rua: estrutura e dinâmica familiar. In: FAUSTO, Ailton Fausto, CERVINI, Ruben (Orgs.) *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 117-32.
- APTEKAR, Lewis. Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. *Psicologia: reflexão e crítica*. V.9, n.1, p.153-84, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios brasileiros: crianças e suas condições de sobrevivência. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1994.
- LIMA, Geraldo M. Meninos de rua em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. *Universitas*, n.2, p.41-4, 1992.
- MADEIRA, F. R. *Quem mandou nascer mulher?: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- MARTINS, Raul A. (Org.). *Censo de crianças e adolescentes em situação de rua em São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto: Secretaria Municipal do Bem Estar Social, UNESP, 1996a.
- MARTINS, Raul A. Censo de crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.9, n.1, p.101-22, 1996b.
- MOURA, Wilson. A família contra a rua: uma análise psicossociológica da dinâmica familiar em condições de pobreza. In: FAUSTO, Ailton, CERVINI, Ruben (Orgs.) *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, p.151-94.
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (Prefeitura). Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução sobre a criação do Projeto Santa Mônica. São José do Rio Preto: Prefeitura Municipal, 1996.
- ZAMBERLAN, Maria A. T., BIASOLI-ALVES, Zélia M. M. *Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. Londrina: Ed. UEL, 1997.